




“O sal da terra” nos sertões oitocentistas

Rafael Sancho Carvalho da Silva

Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).


Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).


 orcid.org/0000-0002-1332-8959

Lina Maria Brandão de Aras

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

Professora Aposentada do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Programa de Pós-Graduação em História da UFBA.

 orcid.org/0000-0003-0654-9777

 dx.doi.org/10.28998/rchv13n26.2022.0006

Recebido em 16/09/2022

Aprovado em 03/10/2022



“O sal da terra” nos sertões oitocentistas

RESUMO

A existência de jazidas de sais, tanto de sal para consumo humano, quanto de salitre, na região sanfranciscana data dos tempos coloniais. A ocupação dos sertões chamou a atenção das autoridades para sua exploração diante das contribuições alimentares e minerais para humanos e animais que viviam nessa região. O estudo salineiro objetiva discutir o uso desse produto, sua ocorrência e importância para a economia regional, fazendo parte da “economia do catado”, dos viajantes e mercadores que singravam a hidrografia do São Francisco. A documentação manuscrita, relatos de viagem e embates dos homens de ciência trazem as origens, exploração e usos diversos para o sal. Assim, destacamos a exploração dos sais para o abastecimento das demandas advindas pelo crescimento regional.

PALAVRAS-CHAVES: sal, salitre; sertões; Rio São Francisco.

“The salt of the ground” in the hinterland of 19th century

ABSTRACT

The existence of salt deposits, both salt for human consumption and saltpeter, in the São Francisco region dates back to colonial times. The occupation of the hinterlands drew the attention of the authorities to this exploitation in the face of food and mineral contributions to the humans and animals that lived in this region. The saline study aims to discuss the use of this product, its occurrence and importance for the regional economy, being part of the “economia do catado”, of travelers and merchants who navigated the São Francisco hydrography. The manuscript documents, travel reports and scientist’s discussion approached the origins, exploitations and various uses for salt. So, we highlight the exploitations of salts to supply the demands arising from the regional development.

KEY-WORDS: salt; saltpeter hinterland; São Francisco’s river.

O sal... Com algumas pitadas e a comida estará com um sabor agradável, mas se passar da medida ou ficar aquém, a refeição perderá um pouco de sua graça ou ficará insuportável. Suas funções vão muito além do sabor e, por isso, se tornou um produto essencial no abastecimento de muitas sociedades com utilidades na culinária, na conservação de alimentos, na alimentação dos animais e na guerra. A variedade de tipos de sais também definia os seus diferentes usos na sociedade sendo alguns próprios para o consumo humano, animal e outros como matéria prima para determinados produtos como fertilizantes e pólvora.

Márcia Helena Mendes Ferraz explica que a utilização do salitre para a produção de fertilizantes ou ácidos é mais recente e que sua serventia era mais como matéria prima para a pólvora. (FERRAZ, 2000, p. 845). Atualmente no Brasil os estados do Rio Grande do Norte e do Ceará são grandes produtores de sal marinho que são produzidos nas planícies flúvio-marinhas de cada estado. (DINIZ; VASCONCELOS, 2017, p. 02).

No sertão, longe do mar, o acesso ao sal apresentava seus desafios. Assim, discutiremos, a seguir, a produção e circulação do sal no sertão do rio São Francisco no século XIX. Ressaltamos que não trataremos apenas do sal usado na alimentação e conservação, mas também do salitre que, por sua vez, também é um tipo de sal e sempre será referido neste texto como salitre.

Em relação ao nosso recorte espacial, apontamos o trecho descrito atualmente como Médio São Francisco¹ por Orlando de Carvalho que, em 1937, descrevia o médio São Francisco como o trecho de Pirapora, em Minas Gerais, e Juazeiro, na Bahia:

Naturalmente, quando dizemos rio de S. Francisco, o que ocorre ao espírito do leitor é o trecho chamado de Medio S. Francisco, que vae de Pirapora a Juazeiro, numa extensão de 1300 kls. Entretanto, é preciso não esquecer os outros dois trechos do rio: o Alto, que abrange grande zona do Oeste de Minas, e o Baixo, que envolve tres Estados nordestinos importantes. (CARVALHO, 1937, p. 131)

A presença do sal foi notada ainda no período colonial, apesar de não ter se tornado um protagonista da economia regional, mas pode ser observado através de sua

¹ Algumas referências mencionam o trecho do nosso recorte como Médio São Francisco e Baixo-Médio São Francisco. Em 1976, a EMBRAPA publicou um estudo sobre os solos da margem esquerda do rio São Francisco e apresentou a divisão em três zonas: Zona Baixo Médio São Francisco, Zona Médio São Francisco e Zona Barreiras. (JACOMINE e Et. Alii, 1976, p. 10). Essas três zonas fazem parte do que chamamos de sertão do rio São Francisco que era uma expressão da regionalização para esta área aqui apresentada e que por vezes também era mencionada como alto sertão.

produção, comercialização e consumo como alimento humano, conserva, uso da pecuária e na guerra. Mesmo que se constituísse em produção fundamental para a manutenção dos coloniais, o sal não possuía representatividade na pauta de produtos para exportação, conforme direcionado pelo sistema de exploração colonial.

Caio Prado Júnior explicou que a criação de gado foi a atividade principal em várias áreas dos sertões desde o período colonial sendo a agricultura exercitada em menor escala e com muitas ocorrências na prática da produção de subsistência. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 67). Ainda conforme Caio Prado, o comércio era fortalecido por muitas das zonas sertanejas serem “[...] pontos de contato e de trânsito de certa importância.” (2012, p. 67 – 68). Entre essas zonas ele destacou que no rio São Francisco eram encontradas outras atividades além da pecuária: “no trecho médio do seu curso exploram-se algumas pobres jazidas de sal de rocha cujo produto serve para abastecer boa parte do sertão baiano, do mineiro e até Goiás.” (2012, p. 68) Essa afirmativa de Caio Prado Junior pode ser atribuída a diferença existente entre os tipos de sal e, no caso, o sal da rocha não se apresentar na forma do sal marinho e sua exploração demandar outros esforços e recursos técnicos e financeiros para sua extração.

Ângelo Alves Carrara, por sua vez, ressaltou a importância do rio São Francisco como uma valorosa rota comercial do sal no século XVIII. A produção salineira sanfranciscana teria alcance diversificado e alcançado Goiás, Rio de Contas, Jacobina, Paracatu e outras paragens conectadas ao rio São Francisco por estradas e pelos seus afluentes. (CARRARA, 2006, p. 274).

O sal em alguma medida fazia parte da economia no sertão do São Francisco com a produção de suas salineiras tanto no século XVIII quanto no século XIX. Segundo Damião Esdras Araújo Arraes, a criação de gado e a produção das salinas eram atividades complementares. (ARRAES, 2021, p. 16). Juntamente com diversos produtos agrícolas, a pecuária e o extrativismo, o sal terminava compondo o quadro do que Antonio Guerreiro de Freitas chamou de economia do catado:

Toda essa população vivendo, enfim, em torno do que eles próprios definiam como o “catado”, no caso, o oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa, com destaque para a exploração da cera de carnaúba. Claro, sem esquecer tudo o que pescavam nos rios, sendo que, em várias localidades, o beneficiamento (salga de peixes) era uma atividade sempre presente. (FREITAS, 1999,

p. 63).

A diversidade da economia sanfranciscana também contava com a mineração, incluindo a variedade de sais. A mineração foi uma das atividades no horizonte de sertanistas e reinóis no desenho da territorialidade luso-brasileira durante o processo de interiorização da colonização portuguesa.

Márcio Roberto Alves dos Santos destacou a mineração de salitre nas proximidades da barra do rio Salitre e rio São Francisco em fins do século XVII. Entre 1696 e 1697, duas expedições para pesquisar reservas de salitre foram organizadas por Pedro Barbosa Leal com a participação de D. João de Lencastro. (SANTOS, 2017, p. 144) Assim, as “salinas remetem à prática da extração de salitre e à produção do “sal da terra”, denominação conferida ao sal produzido na colônia em oposição ao sal marinho ou originário do Reino.” (ARRAES, 2021, p. 16)

As notícias sobre as reservas de salitre no vale do rio São Francisco foram transmitidas ao Conselho Ultramarino nas décadas de 1670 e 1690. A fábrica de salitre instalada na barra do rio Salitre teve Pedro Barbosa Leal nomeado para sua administração. Segundo Márcio Santos, Leal, o responsável pela extração, tinha um perfil de servidor da Coroa quando assumiu a fábrica, pois anteriormente servia como coronel de ordenanças em Salvador. (SANTOS, 2017, p. 139 – 140; p. 333)

A fábrica, em 1698, já apresentava suas primeiras dificuldades centradas em dois fatores: o baixo rendimento das jazidas e a rebeldia dos trabalhadores indígenas. (SANTOS, 2017, p. 333 – 334) Possivelmente, o trabalho dos indígenas era na extração e transporte do salitre, mas com condições precárias e forte exploração ao ponto de realizarem atos apontados pelas autoridades como rebeldia. Em 1706, no governo de Luís César de Meneses, a fábrica teve suas atividades encerradas (SANTOS, 2017, p. 335), apesar da importância do uso do salitre para a defesa, pois, em 1703, o governo-geral fora pressionado para a criação de uma casa de pólvora ressaltando a importância do salitre: “No mesmo ano [1703], o secretário de Estado pressionava o governo-geral, enfatizando a necessidade do salitre para a defesa do Reino e mandando por isso que dom Rodrigo da Costa estabelecesse uma casa de pólvora.” (SANTOS, 2017, p. 333)

As preocupações com a produção e a administração régia presente nessa atividade nos indica o quanto de importante era o salitre para a economia colonial. De acordo com Erivaldo Fagundes Neves, o salitre era um elemento importante para o abastecimento do

exército e, no século XVIII, o Estado português era dependente da pólvora inglesa sendo, portanto, as jazidas na colônia luso-americana um alento nos momentos de carência. (NEVES, 2007, p. 130)

Neves ressaltou, mais precisamente, as jazidas de salitre de Monte Alto, na fronteira com Minas Gerais e próximo da margem oriental do rio São Francisco, que foram descobertas por Pedro Leolino Mariz e que começaram a funcionar em 1758:

O salitre, nitro ou nitrato de potássio, constituía-se um minério estratégico para municiamento dos exércitos, das polícias e da caça, um dos esportes mais praticados na época, em todo mundo. Portugal se abastecia dessa matéria-prima estratégica nas possessões asiáticas, que perdera para a Inglaterra. Estava, portanto, carente dela e dependia da pólvora inglesa. As minas descobertas por Pedro Leolino Mariz nos Montes Altos, na primeira metade do século XVIII, foram exploradas, a partir de 1758. As jazidas de salitre de Montes Altos não eram as únicas da Bahia, antes já se explorava esse minério em Santo Antônio do Pambu, atual Curaçá. (NEVES, 2007, p. 130)

As descobertas das jazidas de salitre de Monte Alto, segundo Danielle da Silva Ramos (2020), foram um dos elementos atrativos para o processo de ocupação no alto sertão. Junto com a pecuária e a agricultura, permitiu uma fixação demográfica no local e formação das elites regionais:

É nesse contexto de “renascimento agrícola” que, no alto sertão da Bahia, a agricultura e pecuária extensiva estimularam a criação de unidades produtivas, com pessoas das mais variadas origens, algumas das quais se estabeleceram enquanto classe senhorial enriquecida. Os caminhos abertos para extração do salitre, o deslocamento de pessoas para a região, conjugados com a expansão agropastoril entre 1790 a 1850, compunham a conjuntura para se pensar a consolidação e perfil da elite sertaneja na região, atentando para os processos econômicos e políticos do período em questão. (RAMOS, 2020, p. 04)

A extração de salitre não ocorreu de forma constante sendo que, em muitas ocasiões, as atividades mineradoras eram interrompidas ou reduzidas. Márcia Helena Mendes Ferraz citou o militar e político Augusto Fausto de Souza² que, em 1872,

² Augusto Fausto de Souza (1835 – 1890) foi um militar brasileiro com formação em Matemática e Ciências Físicas pela Escola Militar. Além da carreira militar com participação destacada na guerra contra o

acreditava que o insucesso da exploração do salitre no Brasil estava relacionado com o desconhecimento técnico da extração e a precariedade do transporte para este material que perdia parte do material quando atravessava rios ou encontrava a chuva no caminho:

Em nosso país, a produção de salitre teria sido abandonada, segundo nos relata Souza, por falta de conhecimento técnico na extração e no transporte do material. Acontece que o salitre era transportado em sacos ou bruacas (sacos de couro) em lombos de animais até as fábricas de pólvora. Era uma viagem que durava vários dias sob sol e chuva. Mais água passava pelos recipientes durante as travessias dos rios. No cômputo final, ao se determinar o preço do salitre, os produtores queriam compensar o que haviam perdido para as águas. Dessa forma, o salitre de Minas Gerais acabava custando muito mais do que o importado. (FERRAZ, 2000, p. 848)

As dificuldades técnicas, em especial com o transporte, a locomoção, geravam o encarecimento do produto, conforme exposto. A necessidade de estudos para a viabilização da exploração do salitre remonta desde o período colonial e contou com a participação de naturalistas como já registrado anteriormente.

Fróes Abreu afirmou que, no final do século XVIII e início do século XIX, o salitre foi pesquisado no Ceará e nos sertões do rio São Francisco. Já o Governo Geral financiou as viagens de naturalistas como João da Silva Feijó ao Ceará em 1799 para averiguar as condições para exploração do salitre. (ABREU, 1937, p. 313) Feijó foi um naturalista nascido no Rio de Janeiro em 1760 e teria sido um dos primeiros discípulos do lente de Química e História Natural da Universidade de Coimbra, o italiano Domingos Vandelli.

Além disso, Feijó foi sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa. As investigações no Ceará ocorreram após a provisão de 25 de fevereiro de 1799 na qual D. Maria I havia determinado que ele estudasse as potencialidades naturais regionais. (SILVA, 2007, p. 182) Neste mesmo período havia a experiência de produção artificial de salitre em Portugal estimulada pelo governo português, ao mesmo tempo, na colônia, várias cartas régias objetivaram incentivar a produção de salitre nas colônias. (PEREIRA, 2014, p. 513 – 515)

Expedições em capitanias como São Paulo e nos sertões da Bahia, Pernambuco,

Paraguai, ele também foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e autor de obras militares. Também foi nomeado presidente da província de Santa Catarina entre 1888 e 1889. (BLAKE, 1883, p. 354 – 355) (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2020)

Ceará, Piauí e Maranhão foram organizadas com alguns resultados positivos, porém não o suficiente para tornar a produção economicamente viável e competitiva. (PEREIRA, 2014, p. 517 – 519) De acordo com Magnus Roberto de Mello Pereira, a capitania de Minas Gerais foi a única que apresentou resultados satisfatórios na produção salitreira:

A capitania de Minas foi a única em que a exploração de pequenas jazidas, criadas em decorrência das antigas políticas, teve alguma expressão. Elas chegaram a abastecer a Fábrica de Pólvora de Vila Rica e a da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. (PEREIRA, 2014, p. 521)

No século XIX, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva destacou no seu relatório, intitulado “Informação ou descrição topográfica e política do rio de S. Francisco”, que as fazendas com os terrenos ricos em salitre eram as mais valorizadas e, nelas, o gado vacum fazia grandes buracos denominados de ‘barreiras’ e comiam o barro.³ O consumo de sais pelo gado está relacionado com a suplementação alimentar, inclusive a técnica de acrescentar sais na alimentação dos animais já era conhecida no começo do século XIX. (SAGRILO, 2015, p. 43)

As dificuldades técnicas para a extração e transporte do salitre atrapalhou as tentativas de empreendimentos dessa natureza. Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva tratou não só do salitre, mas também do sal de consumo humano que também era extraído nas salinas sanfranciscanas. O referido relatório de Accioli, publicado em 1847, foi motivado pela consulta do engenheiro civil belga Mr. X. Tarte ao Estado Imperial para obter informações sobre o rio São Francisco com o intuito de solicitar a exclusividade da exploração da navegação neste rio que fora rejeitado pelo governo brasileiro. (SILVA, 2021, p. 111 – 112)

Nas “Descrições práticas da província da Bahia” de Durval Vieira de Aguiar, publicado em 1889,⁴ a localidade de São Desidério – vinculada ao distrito de Barreiras e que, por sua vez, era termo da vila de Campo Largo na comarca de mesmo nome – possuía

³ CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 39.

⁴ Segundo Ruy Hermann de Araújo Medeiros e Sérgio Eduardo Montes Castanho, a primeira edição foi executada pela tipografia do Diário da Bahia no ano de 1888, porém a impressão só foi concluída em 1889. (2012, p. 417)

um terreno com muito salitre “de que só os fogueteiros de lá se utilizavam.”⁵ Os fogueteiros produziam tanto fogos de artifícios para dias comemorativos, quanto improvisavam, com o uso em maior quantidade de pólvora, para a confecção de balas; esta ocupação já se apresentava na sociedade colonial e apresentava risco por ser volátil e exigir cuidados especiais no trato de seus produtos. Outros metais eram utilizados como matéria prima desses produtos, especial o sódio retirado das terras de salitrosas dos sertões.

Os sais da terra chamavam a atenção para as possibilidades de uso e de exploração econômica. Como vimos, o salitre tinha parte de seu uso relacionado com a produção de pólvora para abastecer as armas de fogo diante da escassez existente. Na capital da capitania baiana havia sempre a preocupação com a construção de uma casa de pólvora, para resguardar o seu uso bem como manter a matéria primeira em segurança. Durante a União Ibérica, foi instalada uma casa de pólvora nas instalações da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, passando ao século XVII com várias tentativas de construção de um edifício específico e, por fim, no século XIX transferido para o que se chamou de Campo da Pólvora, por existir naquele local uma casa de pólvora.

O engenheiro civil alemão radicado no Brasil, Henrique Guilherme Fernando Halfeld, viajou no começo da década de 1850 pelo rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até a foz por encomenda do governo imperial. O objetivo desta aventura era analisar as condições de navegabilidade para estabelecer mecanismos de viabilização deste fim, cujo relatório foi publicado em 1860, no Rio de Janeiro. As observações de Halfeld foram além dos aspectos geomorfológicos, assim o engenheiro apresentou informações sobre as condições comerciais e produtivas de cada trecho em que passava, sendo registrada a produção variada nos sertões do rio São Francisco em vários trechos de sua viagem.⁶

Em Barra, o comércio de importação foi caracterizado como diversificado com produtos originários de vários pontos da Bahia (inclusive de Salvador, Juazeiro e Remanso), Goiás e Minas Gerais. Os produtos também eram variados e entre eles estavam fazendas secas, gêneros molhados, madeiras, cereais e sal. A exportação ocorria numa

⁵ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 47 – 48.

⁶ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocanano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II*. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860.

escala menor em relação à importação e a agricultura foi descrita como atrasada e incapaz de abastecer o comércio.

Dentro da produção agrária, Halfeld destacou o cultivo da mandioca, cana, arroz, feijão, milho e o trabalho com mineração de sal. O engenheiro alemão constatou que a mineração do sal não possuía relação com a presença da salgema que, segundo ele, não era encontrada na região.⁷ Narjara Grazziella Chaves de Araujo, Daniel da Silva Sousa e Narla Sathler Musse (2012) explicaram que o salgema é uma das formas em que o sal se apresenta após áreas em que foram submersas por águas marinhas secarem.

A halita, comumente chamada de sal (NaCl), apresenta-se em dois tipos: Sal Marinho, que é extraído através da evaporação da água do mar, ou Sal de Rocha, ou sal-gema, que é extraído de minas subterrâneas que já foram submersas pela água do mar, e que secou. (ARAUJO; SOUSA; MUSSE, 2012, p. 01)

Descendo o rio, Halfeld destacou também a exportação do sal por Xique – Xique com uma comercialização de cerca de 1000 a 2000 alqueires. Este sal seria extraído nas salinas de Assuruá e nas áreas vizinhas.⁸ Em 1888, Durval Aguiar relatava que a lagoa de Itaparica, em Xique – Xique, seria uma das fontes de sal: “Por detrás de serra de Santo Inácio existe uma grande lagoa a que chamam de Itaparica, em cujas imediações extraem muito sal.”⁹

Nove léguas depois, entre as ilhas de Salinas e do Povo, foram encontradas por Halfeld mais um ponto de comercialização e fabricação do sal que era extraído do barro salífero. Neste momento, Halfeld descreveu o braço do rio São Francisco que dava acesso, pela margem esquerda, a um riacho que passava pelo arraial de Santo Antonio que pertencia à Pilão Arcado e era um dos pontos de produção de sal. A exportação anual era em torno de 4000 a 5000 alqueires que era conduzida em um “surrão de couro (*broaca*), cujo preço depende da maior ou menor concorrência de compradores, e regula termo

⁷ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 22.

⁸ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 24.

⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 58.

medio de Rs. 2\$000 a 5\$000.”¹⁰

Pilão Arcado teve a produção de sal bem destacada por Halfeld - além da criação de gado e cultivo de mandioca, arroz, feijão entre outros. As salinas listadas no relatório foram:

A do Arraial do sobrado, a das povoações do Sobradinho, Salitre, Itaparica, Juréma d’Aldeia, do Sargento, do Paté, dos Abreus, do Pacuhy, da Baixa Grande, Riacho da Casa Nova e Fazenda Casa Nova, que fabricação e exportão cousa de 4 a 5000 alqueires; a Estrema, as Arêas e o Joá, Salgadinho de Dentro, Salgadinho de Fóra, Salina Grande com 6 a 10000 alqueires, sendo as últimas três salinas de uma a cinco léguas distante do Arraial do Remanso; e mais as Salinas do Jatobá com 600 a 700 alqueires; o Brejo da Prasida, da Batateira, Brejo Secco com 600 a 1000 alqueires, sendo este de côr amarela; da tronqueira e Salinas do Sacco com 3 a 4000 alqueires; de Santo Antonio das Salinas com 4 a 5000 alqueires; de Sentocé, do Mocambo de Boi e Assuruá com 1000 alqueires, sendo o melhor, o mais pesado e o mais procurado, ainda apresentando uma côr preta, o sal das salinas do Brejo do Zacharias, que fornece de 10 a 12000 alqueires; finalmente sendo o das salinas do Campo Largo e Imbuzeiro mui alvo e crystallino. Também à beira do Riacho do Tarraxi existem algumas salinas, de maneira que, pelo cálculo approximativo, dão todas aquellas salinas mencionadas, e algumas de maior producção, a totalidade de 40 a 50000 alqueires de sal, cujo valor nas salinas é termo médio, conforme a concorrência de compradores, de Rs. 2\$000 a 5\$000 por alqueire, mas também já vi, em 1853, na vila de Carinhanha, pagar-se Rs. 15\$000 por um alqueire, ou surrão, e Rs. 18\$000 no arraial do Manga, porque havia então nesta ocasião muita falta em toda extensão do Rio desde Pilão Arcado até a Barra do Rio das Velhas.¹¹

O sal, portanto, produzido em Pilão Arcado possuía uma circulação, via rio São Francisco, com alcance em Minas Gerais. Muito antes de chegar na vila de Pilão Arcado,

¹⁰ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 25.

¹¹ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 27.

quando ainda estava em Minas Gerais, Halfeld já destacava a presença do sal desta localidade no comércio mineiro que, por conta da então baixa produtividade, encontrava dificuldade de comercialização.¹² A fabricação do sal também foi notada pelo engenheiro Halfeld em Sento Sé e em Juazeiro.¹³

É importante destacar, ainda, que a principal saída do sal baiano para Minas Gerais não era pelo rio São Francisco. O fluxo comercial via rio Jequitinhonha era muito mais intenso para o escoamento da produção salineira, ao menos nos registros dos presidentes de província da Bahia, do que a via sanfranciscana. A Bahia exportava mais sal para outras províncias do que para fora do Brasil. Entre 1852 e 1855, saíram da Bahia cerca de 350 alqueires de sal rendendo 120\$000 réis. No mesmo período a Bahia exportou 50.696 alqueires de sal para outras províncias rendendo mais de 24 contos de réis.¹⁴

O rio Jequitinhonha era um importante rota do sal, além de outros produtos, para Minas Gerais ao ponto de receber constante atenção em vários relatórios dos presidentes de província. A maior dificuldade apontada pelas autoridades eram ocasionalmente as condições de navegabilidade e, frequentemente, as ações de povos indígenas.¹⁵

Ressaltamos que, em meados do século XIX, os projetos de navegação no rio Jequitinhonha foram debatidos como uma das alternativas de escoamento de produtos mineiros para o mar. Segundo Renata Ferreira de Oliveira, as autoridades imperiais atribuíam à presença indígena na região como o elemento motivador das dificuldades de circulação comercial como foi o caso dos canoeiros que navegavam receosos de ataques no rio Jequitinhonha com carregamentos de sal. (OLIVEIRA, 2022, p. 266 – 267)

O sal comercializado pelo Jequitinhonha, possivelmente, estaria relacionado a uma produção costeira. A produção sanfranciscana, como a das salinas dos povoados Santo Antonio e Brejo do Zacarias, circulava por um roteiro mais vinculado aos sertões. As salinas de Santo Antonio já tinham sido destacadas em 1834 pelo juiz de paz de Pilão Arcado, Dionísio Barreto Lima, que citou as povoações de Santo Antonio e Brejo do

¹² HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 04.

¹³ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 28 – 34.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. MONCORVO E LIMA, Alvaro Tiberio de. *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia*. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1856.

¹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. WANDERLEY, João Maurício. *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia*. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855.

Zacarias com atividades econômicas relacionadas com a extração do sal e cultivo de cana.¹⁶

Em 1846, o juiz municipal e de órfãos, Joaquim José da Rocha, respondia ao presidente da província acerca de uma solicitação feita pela autoridade provincial para enviar objetos referentes à História Natural e, em especial, sobre o reino mineral. Rocha relatou a existência de sinais de pedras preciosas na região e destacou as minas de “sal comum” cuja produção era exportada para o Piauí no lombo de animais e para Minas Gerais pela navegação.¹⁷

O juiz de Direito da comarca de Campo Largo, Joaquim Ferreira Bandeira, em 1883, ao enviar informações do território de sua jurisdição para a presidência da província, citou o comércio do sal na povoação de Barreiras. Ele indica que os negociantes goianos preferiam a nascente povoação nas margens do rio Grande do que ter que ir para Belém, na província do Pará, por conta da lenta navegação do rio Tocantins.¹⁸

Durval Vieira de Aguiar, em 1888, citou o povoado de Riacho da Casa Nova (em Pilão Arcado) e Barreiras (na comarca de Campo Largo) como dois pontos de comercialização do sal. O primeiro contava com o sal como o principal produto de exportação no qual aproveitava a produção das salinas de Pilão Arcado cuja qualidade foi elogiada com a caracterização de superioridade e com a presença de sal fino semelhante ao refinado.¹⁹

O segundo, Barreiras, foi indicado como um importante ponto de comércio principalmente com negociantes de Goiás que buscavam a variedade de produtos da região:

Todos esses produtos são exportados pelas “Barreiras”, que é o verdadeiro porto de comércio do termo e onde já se fazem avultadas transações de compra e venda de borracha da mangabeira, que é trazida pelos habitantes dos gerais de Minas e Goiás, os quais aí suprem-se dos

¹⁶ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Governo da Província (Justiça): Correspondência recebida de Juízes – Pilão Arcado – 1828 – 1879. Maço: 2533.

¹⁷ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Governo da Província (Justiça): Correspondência recebida de Juízes – Pilão Arcado – 1828 – 1879. Maço: 2533.

¹⁸ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Correspondência dos Juízes Campo Largo (1873 – 1889). Maço 2314.

¹⁹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 62 – 63.

produtos naturais, especialmente do sal da terra que é artigo de muito negócio para exportar.²⁰

A diversidade dos sais ficou nítido quando Durval Aguiar menciona as minas situadas ao norte da vila de Campo Largo, no caminho para a vila de Santa Rita do Rio Preto, pois essas minas de sal eram “talvez as maiores da província”²¹ e estavam localizadas nas fazendas Umbuzeirinho, Salobro e Atravessada. Porém, a produção deste sal teria pouca serventia para o tempero da comida e era mais empregado na alimentação de animais:

Esse sal pouco serve para tempero de comida, por ser muito escuro e causar cólicas e efeitos drásticos a quem, salvo o hábito, dele se serve; sendo geralmente empregado para alimentação dos animais, que com ele engordam e ficam de pelo liso e lustroso; e quando não se lhes dá ração desse sal eles vão lambe a terra que o contém; e tanto nisso se ocupam que parecem estar a comer terra, engano em que laboraram antigos exploradores.²²

O sal era, portanto, um dos produtos dentro da diversidade da economia sanfranciscana. Antonio Guerreiro de Freitas ressaltou a relevância do sal cuja produção e comercialização foi desenvolvida após o período colonial. Sua importância, segundo Freitas, estaria no papel exercido na conservação dos alimentos (FREITAS, 1992, p. 239 – 240), mas, também, como visto, tinha utilidade no balanceamento nutricional animal dentro da pecuária.

O sal enquanto um produto pode parecer uma pauta comercialmente desprezível, porém, a sua carestia provocava efeitos sobre outros produtos como a carne bovina. Segundo Alisson Eugênio, criadores na província de Minas Gerais alertaram para os desgastes da pastagem e de bebedouros que provocou o aumento na procura do sal para o reforço nutricional do gado. Assim, a carestia de sal e o crescimento do consumo da carne bovina no Rio de Janeiro teriam contribuído para a subida do valor da carne e,

²⁰ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 48.

²¹ AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 50.

²² AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da Província da Bahia com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. P. 50.

consequentemente, da inflação. (EUGÊNIO, 2011, p. 89 – 90)

Os problemas provocados pela carestia de sal já eram conhecidos e Bruno Aidar explicou que a falta de sal na capitania de São Paulo afetava a economia paulista por causa dos impactos na criação de animais: “Sem sal, o gado morria nos currais e os porcos não podiam ser mortos, pois não havia sal para fazer a salga da carne. Toda a produção de toucinho estava comprometida.” (AIDAR, 2016, p. 172)

As dificuldades com a distribuição de sal estavam relacionadas com as ações dos atravessadores e com os interesses dos poderes locais e regionais. (AIDAR, 2016) Com vistas em ampliar o acesso ao sal, aumentar a demanda e incentivar a produção salineira, a Coroa portuguesa lançou um alvará em 24 de outubro de 1801 abolindo o estanco do sal, mas visando garantir arrecadação, também foram criados tributos sobre o sal. (AIDAR, 2016, p. 179)

No Rio Grande do Sul, a indústria saladeiril pode ter sido um motor da comercialização do sal. No século XIX, o sal era importado do Rio de Janeiro e de Montevidéu. (BERUTE, 2012) Na província do Amazonas, os regatões conduziam uma série de produtos atrativos para os indígenas e entre esses estava o sal que, junto com outras mercadorias, era trocada por borracha, castanhas, cacau dentre outros produtos. (HENRIQUE; MORAIS, 2014, p. 59) O sal comercializado no Rio Grande do Sul, no Amazonas e em outras províncias, possuía origem diversas. A comercialização do sal estava muito mais relacionada com as importações (entre províncias ou do exterior) e uma parte desta produção estava atrelada à produção e circulação regional. (CHAVES, 2001)

No âmbito regional, o sertão sanfranciscano era um ponto de produção e rota de comercialização. O comércio do sal era presente em vários trechos rio São Francisco abaixo como no arraial de Remanso.²³ Quando estava em Pilão Arcado, Halfeld levantou uma hipótese para a presença do sal nas imediações do rio São Francisco: Segundo ele, não havia indícios da presença de salgema semelhante a outras minas como em Norwick, na Inglaterra ou em Wieliczka, na Polônia.

A formação rochosa do rio São Francisco foi descrita por Halfeld como “primitivas” e citou a presença do granito gneis (ou granito schistoso, como ele mesmo confirmou se melhor classificado) e do itacolomito que seria representante do micashisto,

²³ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II.* Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 28 – 34.

talechisto ou por minerais de transição conforme observado num trecho mais acima do rio com o schisto argiloso e formações calcárias. Halfeld concluiu que faltavam as rochas de formação salíferas que seriam os grés, marne, calcário marnoso, argila salífera e o sulfato de cal.²⁴ O sal estava na terra:

O sal, que se tira nestas paragens, existe impregnado nas terras, e terras misturadas com barro, nas camadas occidentaes, que em maior ou menor altura cobrem em diversos pontos, e sómente superficialmente, as formações de rochas acima mencionadas, ou se juntarão nos baixos ou lagôas a estes conduzidos por enchurradas de aguas pluviaes.²⁵

Ou seja, para Halfeld não havia justificativa para a presença do sal que não fosse por um acúmulo proporcionado pelo represamento da água do mar rompido milhares de anos atrás:

Estou inclinado a pensar que a serra da Itaparica, que compõe-se de pedra de arêa ou grés, formação nova ou fluvial, que aparece no valle do Rio S. Francisco, em diversos pontos, como na referida serra, também na da Itacutiara, do Bréjo, no Itacaratú, e as serras próximas ao monte Escuro, etc. servirão de represa, ou dique de um extenso mar d'agua salgada, que se esgotou e desapareceu pelo rompimento das ditas serras na linha do actual Rio de S. Francisco, isto é, nas alturas da cachoeira da Itaparica, que interceptou a pedra de arêa (grés) de que se compõe aquella serra desde o cume de seu pico até ao granito que serve de assento à dita pedra de arêa; as aguas salgadas daquelle mar impregnarão com os seus saes as terras quando o cobrirão.²⁶

Ele concluiu a hipótese imaginando que a condução dos sais teria sido realizada pelas águas das chuvas dissolvendo parte do muriato de cal, muriato de magnésia e nitrato de potassa e levando para as lagoas e baixios da região.²⁷ Temos, então, uma perspectiva

²⁴ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 27.

²⁵ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 27

²⁶ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 27.

²⁷ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 31.

técnica sobre a presença do sal nas terras do sertão do São Francisco, pois o olhar do engenheiro alemão tratava de três aspectos: o geológico, o comercial e o produtivo.

Halfeld sugeriu, ainda, que o método de produção fosse adequado ao utilizado na Europa para conseguir um melhor aproveitamento da fabricação.²⁸ O método de fabricação consistia numa aplicação de técnica de lixiviação e após a cristalização e formação dos tijolos, estes são quebrados nos “coches” que são embalados em sacos de couro cru por alqueire de sal. Ele não explicou como era o método europeu, porém, considerava que era melhor em termos de aproveitamento e que separava com mais eficiência as partes nocivas à saúde.²⁹

Em 1855, o juiz de Direito da comarca do rio São Francisco, Francisco Mariani, respondia ao presidente da província que tinha solicitado informações sobre a comarca. Mariani destacou a presença de salinas em todos os municípios da comarca e detalhou a técnica utilizada para a extração sendo Barra e Xique – Xique obtido por evaporação, Santa Rita e Campo Largo por ebulição.

Segundo Francisco Mariani, a produção de sal atendia à demanda local e o excedente era exportado principalmente para as províncias de Goiás, Minas Gerais e Piauí. O juiz alertava para o declínio das salinas que estavam desaparecendo e que o método utilizado era o mesmo de cerca de 100 atrás quando a produção salinera fora instalada. O método referido era a lixivia submetida à ação do sol ou do fogo.³⁰

Ignácio Accioli Cerqueira e Silva também demonstrou preocupação com as técnicas de fabricação do sal no sertão do rio São Francisco. No relatório de Cerqueira e Silva, publicado poucos anos antes do início da viagem de Halfeld pelo rio São Francisco, foi apresentada uma proposta para um aproveitamento mais adequado e lucrativo dos sais neste sertão.

Em 1847, Cerqueira e Silva relatou que a produção salinera no sertão do São Francisco foi maior no começo do século XIX.³¹ Essa observação demonstra uma situação

²⁸ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 31.

²⁹ HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente a exploração do Rio de S. Francisco*: desde a cachoeira da Pirapóra até ao ocenano atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia imperial de Eduardo Rensburg, 1860. P. 31.

³⁰ APEB. Seção provincial e colonial. Série: Correspondências dos juizes Barra do Rio São Francisco (1850 – 1885). Maço: 2252.

³¹ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 37.

de declínio desta atividade e que, alguns anos depois, também fora constatada por Halfeld. Entre as principais salinas citadas por Ignacio Accioli Cerqueira e Silva estavam Sento Sé, Brejo do Zacarias e Campo Largo. Portanto, duas nas margens do rio São Francisco e uma no rio Grande.³² Entre as salinas que estariam extintas estavam as do entorno do Assuruá em Xique – Xique e as das margens do rio Preto.³³ Desconfiamos que no intervalo do relatório de Cerqueira e Silva, em 1847, e a viagem de Halfeld, entre 1852 e 1854, a produção de sal pode ter se recuperado nas proximidades do Assuruá conforme mencionado do relato desta atividade anteriormente.

José Marcelo Giffoni destacou que, na primeira metade do século XIX, o sal era um produto estratégico para o Brasil devido a sua importância “na alimentação das forças de trabalho que movimentam tanto o mercado interno quanto a agro-exportação e da população de modo geral.” (GIFFONI, 2000, p. 70) Além disso, Giffoni também destacou que a indústria salineira teria sido estimulada com a presença da Família Real, em 1808, gerando cobiça sobre as terras salgadas no Brasil. (*Ibidem*)

O melhor período da produção era, segundo Cerqueira e Silva, entre julho e outubro.³⁴ Este é o período de estiagem que, segundo o Centro de Planejamento da Bahia (CEPLAB), pode ser indicado como a estação seca (que seria no inverno). A média de precipitação foram medidas em inferior a 10 mm dentro da estação seca:

A estação seca situa-se no inverno, geralmente entre os meses de novembro, junho e agosto, com precipitações inferiores a 10 mm, enquanto a estação chuvosa corresponde aos meses de novembro a março, com precipitações superiores a 100 mm. Na zona mais seca registra-se apenas um mês chuvoso (março), com precipitações de 500 mm anuais. (BAHIA, 1979, p. 16)

Os dados coletados pelo CEPLAB estão relacionados ao período de 1911 a 1967, porém destacamos que as marcações são em períodos do ano correlatos com pequena variação. Essa característica da bacia hidrográfica do rio São Francisco e, em especial, da

³² Afluente da margem esquerda do rio São Francisco.

³³ O rio Preto é afluente da margem esquerda do rio Grande. CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 37.

³⁴ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 37; 39.

zona do trecho médio, marca bem o trabalho na lavoura e na extração do sal.

A técnica de fabricação do sal descrita por Cerqueira e Silva não difere da descrição de Halfeld. Segundo ele as etapas seriam as seguintes: 1) após as lagoas secarem o sal das beiradas é precipitado. A pouca altura da água, o efeito da evaporação é maior; 2) coleta do sal misturado com o lodo no espaço descoberto da enchente; 3) lixiviação em grandes coches ao sol ou em fachtas ao fogo; 4) enfardamento do sal em sacos de couro (surrões).³⁵

Ignácio Accioli Cerqueira e Silva apontou uma explicação um pouco diferente de Halfeld para a presença do sal nas terras do sertão do São Francisco. Citando o naturalista Dr. Vieira Couto, Cerqueira e Silva explicou: “presume [...] que o sal vem para aquellas lagôas pela reçumação das profundezas da terra, onde grandes depositos existem de sal marinho [...]”³⁶ Logo em seguida indica a sugestão do naturalista para o melhor aproveitamento das salinas que consistia em dominar técnicas de armação de tanques ou marinhas para a formação de um chão limpo que através da evaporação, o sal fosse disponibilizado em chão limpo.³⁷ Esta foi a explicação que fundamentou Ignacio Accioli na elaboração de uma proposta de melhoramento das atividades salineiras.

Comparando as informações de ambos os relatórios temos duas perspectivas: enquanto Ignacio Accioli Cerqueira e Silva procurou fundamentar-se em um estudioso naturalista para explicar a presença do sal na terra e daí elaborar uma proposta de melhor rendimento do produto, Guilherme Halfeld, por outro lado, lançou mão dos conhecimentos geológicos, que provavelmente fizeram parte de sua formação como engenheiro civil, para explicar como o sal era acumulado na terra e indicar uma saída. Porém, a proposta de Halfeld, como já exposta, foi extremamente limitada se comparada com Cerqueira e Silva que além de apresentar as hipóteses do Dr. Vieira Couto para a presença do sal e seu melhor aproveitamento, concluiu com a formulação do que ele considerava como ideal dentro das condições regionais.

³⁵ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 39.

³⁶ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 37.

³⁷ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 37 – 38.

A ideia de Ignacio Accioli Cerqueira e Silva, baseada na proposição de Vieira Couto, para potencializar a produção de sal consistia na criação de uma salina que servisse de modelo para particulares e que fosse administrada por um “filósofo” de modo que funcionasse como um instrumento pedagógico para investimentos particulares. Assim, seria criada uma ocupação para a população e aqueles que apresentassem melhor aproveitamento “das lições” seriam beneficiados com “algumas isenções”.³⁸

Assim, Ignacio Accioli lançava uma proposta para dinamizar a produção salineira no sertão do São Francisco, mas com o lastro das reflexões do naturalista Vieira Couto. Ambos os relatórios - Cerqueira e Silva e Halfeld – indicavam caminhos para a dinamização da economia regional no São Francisco e, entre os produtos, estava o sal. Este debate estava relacionado com a navegação que foi uma preocupação recorrente tanto do Estado Imperial quanto das autoridades locais do sertão são-franciscano.

A presença do sal na economia sanfranciscana foi relatada pelas autoridades locais em vários momentos. Tanto juízes quanto as câmaras de vereadores informaram a presidência da província sobre a presença do sal na economia local. Pilão Arcado, como já exposto, destacava alguns povoados produtores de sal e o destino desta mercadoria. Este talvez fosse o município que conseguia obter o melhor rendimento com as salinas no sertão do São Francisco. A câmara de vereadores de Campo Largo, vila situada nas margens do rio Grande – afluente da margem esquerda do rio São Francisco – solicitou à assembleia provincial em 1853 a criação de alguns impostos para melhorar a arrecadação municipal. Entre as propostas, estava a sugestão da cobrança 80 réis por alqueire de sal que fosse exportado do município.³⁹

Três anos depois, comentando sobre o impacto da carestia em Salvador no preço dos gêneros alimentícios na comarca, Francisco Mariani mencionou o sal como um dos produtos afetados pela influência do valor da carne bovina, diante das dificuldades causadas pelas cheias e inundações nas temporadas anteriores. As principais minas estariam nas comarcas do Rio São Francisco e de Sento Sé. Por fim, além das águas, as minas de sal estariam esgotadas e com tributos sufocantes para a situação vivida, segundo

³⁸ CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. Informação, ou descrição topographica e politica do Rio de S. Francisco, escrita em virtude de ordens imperiaes, e apresentada ao governo provincial da Bahia. Salvador: Typ. Guaycurú de Domingos Guedes Cabral, 1847. In.: *Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Nº 62. P. 05 – 167. 1936. P. 38.

³⁹ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Correspondência recebidas das câmaras das vilas e câmara de Salvador. Sub-série: Correspondência recebida da câmara Campo Largo (1846 – 1889). Maço: 1288.

Mariani.⁴⁰

Em 1872, a câmara de vereadores de Santa Rita do Rio Preto – vila situada nas margens do rio Preto que é afluente da margem esquerda do rio Grande – solicitou ao pároco, Antonio Florêncio Alvares Monteiro para elaborar um relatório com as informações solicitadas pela presidência da província sobre a localidade. Monteiro fez uma longa descrição física e da produção econômica local, onde o solo era rico em “saes de soda, potassa, chloro, fosforo, ferro e allumina.”⁴¹ O sal extraído das lagoas da região não seria composto de “chloro e sodium” e não teria sua “clivage cuboide (como o sal marinho)” e a sua base seria composta por “potassa e alguma couza de saes de cobre, devido a existência destes ultimos saes aos utensílios de cobre de seu fabrico.”⁴² A presença de saes de ferro, saes de potassa, soda e alumina em alguns terrenos tornaria, segundo Monteiro, o solo favorável para o cultivo de cana. Ainda assim, o pároco lamentou a falta de instrumentos para analisar a combinação química dos saes.⁴³

A limitação técnica dificultava a realização de pesquisas, mas muitas informações foram produzidas por viajantes, naturalistas e autoridades regionais. Esses últimos quando possuíam formação acadêmica e terminavam por, diversas vezes, responder as consultas feitas pelas câmaras de vereadores ou mesmo do governo provincial, vide o papel desempenhado pelo padre Antonio Florêncio Alvares Monteiro em Santa Rita do Rio Preto.

O esforço por conhecer o interior do território remontava de período bem anteriores quando naturalistas circularam nos sertões das capitanias para investigar as possibilidades de exploração econômica através da mineração. Durante o regime monárquico, novas investidas pelo interior foram patrocinadas pelo governo Imperial para averiguar as possibilidades econômicas como a viagem de Guilherme Halfeld pelo rio São Francisco com o objetivo de analisar as condições de navegabilidade deste rio. Esta viagem também permitiu observar as condições econômicas e as possibilidades

⁴⁰ APEB. Seção colonial e provincial. Série Governo da Província (Justiça): Correspondência recebida de Juizes – Rio São Francisco – 1829 – 1870. Maço: 2568.

⁴¹ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Correspondências recebidas das câmaras das vilas e câmara de Salvador. Sub-série: Correspondências recebidas da câmara de Santa Rita do Rio Preto (1860 – 1873). Maço: 1423.

⁴² APEB. Seção colonial e provincial. Série: Correspondências recebidas das câmaras das vilas e câmara de Salvador. Sub-série: Correspondências recebidas da câmara de Santa Rita do Rio Preto (1860 – 1873). Maço: 1423.

⁴³ APEB. Seção colonial e provincial. Série: Correspondências recebidas das câmaras das vilas e câmara de Salvador. Sub-série: Correspondências recebidas da câmara de Santa Rita do Rio Preto (1860 – 1873). Maço: 1423.

comerciais.

Considerações Finais

O sal e o salitre estiveram presentes nos sertões do rio São Francisco e mesmo com as dificuldades técnicas para a cadeia produtiva e circulação, eles foram comercializados em diversos portos fluviais. Minas Gerais e Goiás foram províncias nas quais se consumia o sal do sertão do rio São Francisco baiano – enquanto o rio São Francisco servia como o principal caminho para Minas Gerais, os afluentes da margem esquerda aproximavam o comércio entre baianos mais afastados dos limites provinciais e goianos que buscavam o sal e outros produtos.

Para intelectuais do Estado Imperial que elaboraram relatórios sobre o rio São Francisco, as salinas faziam parte da economia diversificada do catado sanfranciscano e, desse modo, elas eram apresentadas como uma alternativa econômica a ser incentivada. A dimensão da circularidade dos produtos do sertão do São Francisco possuía um circuito que rompia os limites das províncias.

A busca pelo salitre perdeu importância para o sal na medida em que as dificuldades de extração e circulação se juntavam com a demanda de um produto útil não só para o preparo dos alimentos, mas também para a conservação de carnes bovinas e peixes.

Assim, a viagem de Halfeld ocorreu na década de 1850 e o relatório foi publicado em 1860; Cerqueira e Silva publicou um relatório com informações econômicas do sertão do rio São Francisco em 1847. A chamada “economia do catado” foi ressaltada por Halfeld e nela estava o sal que já havia sido destacado por Ignácio Accioli Cerqueira e Silva quase dez anos antes.

Referências

ABREU, S. Fróes. *A riqueza mineral do Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Nacional, 1937.

AIDAR, Bruno. A abolição do estanco do sal e a arquitetura de poderes na capitania de São Paulo, 1795 – 1806. *Revista de História*. São Paulo, n. 174, p. 161-197, jan.-jun., 2016.

ARAUJO, Narjara Graziella Chaves de; SOUSA, Daniel da Silva; MUSSE, Narla

Sathler. Sal marinho: o ouro branco do Rio Grande do Norte. CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, VII, 2012, Palmas, *Anais do VI Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*. Palmas: IFTO, 2012.

ARRAES, Damião Esdras Araujo. A aventura toponímica dos sertões das capitanias do Norte e do Estado do Maranhão: paisagem, povoamento e diversidade. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 29, p. 1-39, 2021.

BAHIA. SEPLANTEC. Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB. *Bacias hidrográficas*. Salvador: CEPLAB, 1979.

BERUTE, Gabriel Santos. Rotas, mercadorias e agentes mercantis: Rio Grande de São Pedro, primeira metade do século XIX. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RS: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, XI, 2012. Rio Grande, *Anais do XI Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Rio Grande: FURG, 2012.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

CARRARA, Ângelo Alves. Paisagens de um grande sertão: a margem esquerda do médio-São Francisco nos séculos XVIII a XX. In.: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (Orgs). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a História Econômica e Social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

CARVALHO, Orlando M. *O Rio da unidade nacional: o São Francisco (reportagem ilustrada)*. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Nacional, 1937.

CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: a Bahia e o Prata (1850-1889)*. Salvador: UFBA, 2001. (Dissertação de Mestrado)

DINIZ, Marco Túlio Mendonça; VASCONCELOS, Fabio Perdigão. Condicionantes naturais à produção de sal marinho no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, e16013, p. 01 – 19, 2017.

EUGÊNIO, Alisson. Inflação, subsistência e carestia em Minas Gerais. *História e economia – revista interdisciplinar*. São Paulo, v. 09, nº 02, p. 83 – 98, 2011.

FERRAZ, Márcia Helena Mendes. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*. São Paulo, Vol. 23, nº 06, p. 845 – 850. Nov/Dez 2000.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural

(primeira parte). *Cadernos do CEAS*. Salvador, n. 181, maio/jun.1999.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. *Au Brésil: deux Régions de Bahia (1896 – 1937)*. 1992. Tese (doutorado em História) – Université Paris – Sorbonne, Paris, 1992.

GIFFONI, José Marcelo. *Sal: um outro tempero ao Império (1801 – 1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade de. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). *Revista de História*. São Paulo, n. 171, p. 49-82, jul.-dez., 2014.

JACOMINE, Paulo Klinger Tito; Et. Alii. *Levantamento exploratório – reconhecimento de solos da margem esquerda do Rio São Francisco Estado da Bahia*. Recife: EMBRAPA; Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos, 1976.

MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo Medeiros; CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. Pátria e utilidade do texto nos livros escolares: Durval Vieira de Aguiar e suas descrições práticas da província da Bahia. SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX, 2012, João Pessoa. *Anais eletrônicos do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.30.pdf>, acesso em 19 ago. 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. *Biografia Augusto Fausto de Sousa*. 2020. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesec.sc.gov.br/biografia/1304-Augusto_Fausto_de_Sousa>. Acesso em: 21 de setembro de 2021.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Ofício ao secretário de Estado da Marinha e ultramar sobre o salitre dos Montes Altos – Apresentação (e notas): o caminho do salitre. In.: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Orgs). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Editora Arcadia, 2007.

OLIVEIRA, Renata Ferreira de. “Eu não quero estradas em minhas terras!” os indígenas entre os projetos de navegação e desenvolvimento do Jequitinhonha e Mucuri na segunda metade do século XIX. *Outros Tempos*, vol. 19, n. 34, 2022, p. 241-272.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.

RAMOS, Danielle da Silva. Expansão econômica e de povoamento e configuração da elite em Monte Alto (Alto Sertão da Bahia, 1790 – 1850). ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA. X, 2020. Vitória da Conquista. *Anais do X Encontro Estadual de História da ANPUH-BA*. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

SAGRILO, Lauro Pereira Zago. *Origem e evolução da pecuária de corte no Rio Grande do Sul*. 2015. 93 f. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SILVA, Clarete Paranhos da. As viagens filosóficas de João da Silva Feijó (1760 – 1824) no Ceará. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 47, p. 179-201, 2007.